



Número: **0600773-63.2020.6.26.0001**

Classe: **REGISTRO DE CANDIDATURA**

Órgão julgador: **001ª ZONA ELEITORAL DE SÃO PAULO SP**

Última distribuição : **22/09/2020**

Processo referência: **06007719320206260001**

Assuntos: **Registro de Candidatura - RRC - Candidato, Cargo - Prefeito, Eleições - Eleição**

Majoritária

Objeto do processo: **Registro de Candidatura - RRC - Candidato - COMITE MUNICIPAL DE SAO PAULO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - ORLANDO SILVA DE JESUS JUNIOR**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ORLANDO SILVA DE JESUS JUNIOR (REQUERENTE)			
COMITE MUNICIPAL DE SAO PAULO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (REQUERENTE)			
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SAO PAULO (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19175007	20/10/2020 21:18	Plano de Governo	Proposta de governo

EDUCAÇÃO DE VERDADE

A Cidade de São Paulo construiu uma fantástica rede municipal de educação pública. São quase 4.000 unidades à disposição das crianças e jovens, atendendo cerca de 1.037.000 estudantes, da creche à educação de jovens e adultos, passando pela educação indígena e para surdos.

Essa grande estrutura conta com 60.000 professores e 20.000 servidores para cumprir sua tarefa educadora e executar um orçamento de R\$ 13.763.909.345 em 2020, o maior entre todas as secretarias.

Contudo, os desafios são gigantescos. A maior cidade do Brasil não tem os melhores indicadores educacionais, pelo contrário. A pandemia de COVID-19 agravou as deficiências e desigualdades da educação pública do município, que não estava preparada para a imposição da dinâmica de ensino à distância, seja porque os professores tiveram que ser capacitados às pressas, seja porque são muito desiguais as condições de acesso à internet e de equipamentos eletrônicos para a aprendizagem à distância.

É certo que a pandemia foi um acontecimento imprevisível e que mexeu com toda a dinâmica da vida social. Contudo, para fazer frente à nova realidade imposta, medidas excepcionais precisarão ser tomadas para que se recupere minimamente a defasagem escolar de 2020. Para tanto, será necessário um plano de reforço escolar e um movimento amplo de capacitação e valorização dos professores.

Como explicar que o piso salarial paulistano para a jornada de 40 horas semanais seja menor que o pago pelo estado do Maranhão? Nossa luta será buscar paulatinamente equiparar os salários dos professores da cidade ao maior pago no país.

Além da valorização dos professores, é necessário perseguir metas e objetivos concretos no ensino fundamental. A prioridade deve ser a aprendizagem na idade certa, todas as crianças devem saber ler, escrever e realizar as quatro operações matemáticas até os 8 anos de idade, passando por avaliações específicas e regulares a serem realizadas pela prefeitura. Esse é o centro do projeto educacional que levou Sobral (CE) ao topo do Ideb nos últimos anos.

É preciso uma nova concepção de educação, mais democrática, mais participativa, comprometida com o diálogo e a construção coletiva, ouvindo professores, pais e mães, estudantes, servidores, toda a comunidade, em busca de um compromisso com a excelência acadêmica e com o respeito à diversidade, na busca das metas definidas pelo Plano Municipal de Educação.

Não é possível ignorar a africanidade brasileira, descumprindo a Lei 10.639/03. Urge capacitar a rede para a promoção de referenciais de diversidade e inclusão, apoiada por materiais didáticos específicos e adequados.



O esporte, a cultura e a ciência também vão estar presentes na educação paulistana. Em 4 anos vamos universalizar os equipamentos esportivos, as bibliotecas e os laboratórios científicos, permitindo um salto na qualidade do ensino e na qualidade de vida dos estudantes da rede.

A Organização das Nações Unidas reconhece o investimento no esporte como fundamental para o desenvolvimento da educação. O desenvolvimento da atividade física não só torna a escola mais prazerosa e atrativa para os jovens, como também facilita a concentração em sala de aula e a diminuição dos casos de indisciplina. Os valores do olimpismo, o jogo em equipe, a cooperação, o saber perder, o respeitar o adversário, são conteúdos que estarão presentes na educação paulistana.

O hábito de leitura será incentivado e tornado acessível por uma rede de bibliotecas escolares com livros atuais e que reflitam a diversidade cultural brasileira. O ensino das artes, o teatro, o audiovisual, linguagem que mais fala atualmente aos jovens, serão instrumentos da construção de uma nova cidadania cultural.

Em um momento de trevas no Governo Federal, em que movimentos obscurantistas ocupam os principais cargos da República, a promoção do ensino científico é fundamental. O pensamento científico deve ser valorizado na educação pública e para isso precisa o suporte de laboratórios e materiais didáticos adequados. A descoberta da ciência pelo estudante paulistano deve ser uma experiência de vida transformadora.

O Plano Emergencial de Emprego e Renda construído pela candidatura Orlando Silva contempla a contratação de bolsistas para a promoção da diversidade, da africanidade brasileira, a divulgação científica, a promoção cultural e o desenvolvimento esportivo, criando oportunidades de 1º emprego para a nossa juventude e apoiando o corpo docente municipal.

Nosso compromisso é com o povo que mais precisa, com as periferias esquecidas, com os estudantes que não têm condição de competir com os alunos das escolas privadas por uma vaga na universidade pública. Por isso, vamos priorizar as escolas dos distritos mais carentes e de menor desempenho escolar. É por ali que vamos começar a construir, reformar e modernizar as bibliotecas, as quadras esportivas, os laboratórios e as salas de aula. São esses territórios que terão prioridade para a implantação do estudo em tempo integral.

Nada disso será possível sem uma radical descentralização de recursos para as unidades educacionais, que devem contar com autonomia para priorizar a aplicação dos recursos em função de suas necessidades. Recursos descentralizados são menos suscetíveis à corrupção e podem ser aplicados em benefício da economia local, das micro e pequenas empresas e das cooperativas. A escola será uma parte ativa da comunidade, compreendendo as necessidades de alunos e famílias.



PROPOSTAS:

- Valorização dos professores, com aumentos graduais dos vencimentos, tendo como referência a experiência colocada em prática no Maranhão.
- Enviar para a Câmara Municipal projeto para a revogação do **SAMPAPREV**.
- Construir um plano de reforço escolar que proporcione a recuperação do conteúdo perdido em virtude da nova dinâmica imposta pela pandemia de Covid-19.
- Capacitação de professores para o ensino à distância.
- Garantia de acesso à internet e equipamentos adequados a estudantes e professores.
- Apoiar a estruturação das aprendizagens de excelência acadêmica na organização do tempo pedagógico em sala de aula de forma a garantir que cada etapa do aprendizado seja cumprida no tempo certo, como, por exemplo: alfabetização na idade certa.
- Perseguir o objetivo de que toda a criança da rede pública municipal de ensino aprenda a ler, escrever e realizar as quatro operações matemáticas até os 8 anos de idade. A prefeitura criará sistema de avaliação periódico para monitorar o desempenho dessa política.
- Adquirir material didático específico por ano/série para os alunos, estabelecidos por quadros técnicos qualificados, ouvida a comunidade escolar.
- Estabelecer currículo e proposta pedagógica curricular por série/ano com expectativa das aprendizagens de excelência acadêmica, desenvolvidos em parceria com universidades do Brasil e do exterior.
- Estimular a utilização de ferramentas tecnológicas aplicadas em sala de aula na medida da necessidade para o aprendizado.
- Garantir a formação continuada de professores, de forma especializada por ano/série.
- Apoiar a estruturação das ações do diretor na escola tendo como referência as aprendizagens de excelência acadêmica desenvolvidas em sala de aula.



- Fortalecer órgãos colegiados (conselhos de escola, grêmios estudantis, APMs e CRECES) e o projeto político-pedagógico.
- Fortalecer o Programa de Transferência de Recursos Financeiros – PTRF, dando maior autonomia financeira à escola.
- Identificar, analisar, apoiar e disseminar práticas docentes efetivas, desenvolvidas na escola, que permitam o desenvolvimento das aprendizagens de excelência acadêmica dos alunos.
- ‘Garantia do tempo pedagógico necessário para aprendizagem dos conteúdos, habilidades e competências das aprendizagens de excelência acadêmica em sala de aula.
- Socialização de práticas docentes efetivas para o desenvolvimento das aprendizagens de excelência acadêmica.
- Adequação da quantidade de alunos em sala aula em razão do tempo de aprendizagem.
- Reorientação curricular como processo sistemático, que considera os saberes dos alunos, trabalha com todos os campos do conhecimento científico, com as artes e a filosofia, com os diferentes ritmos e tempos dos alunos.
- Definir um currículo crítico, humanista, com base científica e interdisciplinar elaborado com participação dos profissionais da educação e das comunidades escolares.
- Atendimento às especificidades de cada criança (com e sem deficiência) por intermédio de maior integração e agilidade junto à rede de proteção.
- Desenvolvimento de projetos pedagógicos nas escolas que visem: a) Recuperação de aprendizagem que leve em consideração as dificuldades e potencialidades dos alunos; b) Combate ao racismo e outras formas de preconceito e discriminação; c) O estudo e a vivência de diferentes culturas; d) Defesa do meio-ambiente; e) Inclusão social e cultural; f) Manutenção de projetos e programas de outros governos que, depois de avaliados, comprovem sua pertinência.



- Garantir vagas para todas as crianças nas creches municipais, de acordo com o Plano Municipal de Educação.
- Fazer acompanhamento e controle de gastos, garantindo que os recursos públicos sejam, de fato, direcionados aos serviços públicos, por meio da criação de um conselho de fiscalização e acompanhamento com a finalidade de acompanhar a execução do orçamento, do uso do dinheiro do FUNDEB e do Plano Municipal da Educação.
- Implementação de câmara permanente de negociação salarial com os sindicatos das categorias.
- Ampliar o volume de recursos do Programa de Transferência de Recursos Financeiros - PTRF, aumentando a autonomia da comunidade escolar no que tange à priorização de utilização dos recursos para a manutenção predial e compra de materiais e equipamentos.
- Implementação de ferramentas de gestão que possibilitem à unidade escolar efetuar a solicitação dos materiais escolares e uniformes diretamente aos fornecedores, sem a necessidade de interferência do órgão central.
- Promover uma gestão democrática por meio da participação dos profissionais do ensino municipal, alunos, pais e comunidade para o desenvolvimento de políticas públicas de educação, incentivando e acolhendo a participação de todos.
- Integrar as escolas à comunidade para atividades culturais, esportivas e científicas.
- Buscar o aperfeiçoamento da legislação tendo em vista a gestão democrática e a qualidade do ensino e da aprendizagem, com participação dos órgãos colegiados e dos funcionários públicos.
- Rever o Estatuto do Magistério e o Regimento Escolar adequando-o aos princípios da gestão democrática, valorização profissional e qualidade do ensino, direitos da criança e da adolescência e qualidade do ensino e da aprendizagem.
- Oferecer condições materiais e pedagógicas para implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que determinam a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.



- Incentivar projetos intersetoriais e intersecretariais nos territórios.
- Orientar e dar suporte pedagógico para que as reuniões pedagógicas sejam sistematicamente planejadas, tenham continuidade e sejam registradas, de modo que os professores possam analisar as experiências dos alunos a cada ano e desenvolver um currículo articulado.
- Assegurar que todas as unidades escolares possuam materiais pedagógicos e de consumo em quantidade necessária e suficiente para garantir o adequado funcionamento das mesmas.
- Assegurar que os prédios escolares recebam intervenções físicas necessárias de forma corretiva e preventiva, dentro de um processo de engenharia de manutenção estruturado e planejado.
- Adquirir e distribuir obras para as bibliotecas das escolas com vistas a manter acervos literários adequados.
- Realização de concursos, conforme a legislação, para todos os cargos da carreira do magistério e do quadro de apoio, com garantia do cumprimento da lei 15.939/2013, que determina cotas para negros e afrodescendentes. Exigir nos concursos o domínio do conhecimento específico previsto na Lei 10.639/03
- Garantir atenção especial às creches conveniadas no que se refere à qualidade, o que inclui a exigência de contratação de professores com salários dignos e horário para estudo, bem como supervisão pedagógica efetiva por parte de SME.
- Garantir atenção especial ao Ensino de Jovens e Adultos, a fim de estimular a alfabetização e atender 100% da demanda para este serviço.
- Ampliar os investimentos nas escolas indígenas e quilombolas.
- Fortalecer a atuação das Associações de Pais e Mestres (APM's) e dos Grêmios Estudantis;
- Assegurar o recebimento dos materiais didáticos, pedagógicos e uniformes escolares no início de cada letivo;
- Cumprir a 9ª. meta do Plano Municipal de Educação que prevê 50% das escolas da RME funcionando com ensino de tempo integral até o ano de



2025, iniciando esta transformação pelas escolas das regiões com maior vulnerabilidade social da Cidade;

- Assegurar a utilização dos equipamentos de esporte, cultura e lazer dos CEUS pelas comunidades dos respectivos entornos, mediante investimentos nas manutenções adequadas;
- Transformar as 8 escolas de ensino médio da PMSP em unidades de ensino técnico profissionalizante, com funcionamento em tempo integral;
- Promover a articulação da Secretaria de Educação às demais do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes;
- Promover a alimentação saudável, incentivando a participação de pequenos produtores nas aquisições para a merenda escolar.



Fortalecer o SUS

A gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade de São Paulo apresenta grandes desafios e inúmeras oportunidades. Em quaisquer circunstâncias, gerir o sistema de saúde em uma das maiores megalópoles do mundo, rica, porém com enormes desigualdades, é uma tarefa complexa. Por outro lado, a cidade dispõe de recursos financeiros, humanos e tecnológicos que poderiam ser utilizados de maneira mais estratégica para melhorar a situação de saúde dos paulistanos.

Em razão de falta de prioridade política e de inúmeras mudanças de administração da prefeitura, não houve a implementação de um planejamento de longo prazo, essencial para consolidar programas capazes de enfrentar os problemas da saúde na cidade. Conseqüentemente, uma grande parcela da população enfrenta dificuldades para acessar a serviços básicos de saúde, persistindo altos índices de mortes que poderiam ser evitadas através da prevenção.

A candidatura de Orlando Silva e Enfermeira Andrea entende ser imprescindível fortalecer o financiamento do SUS, em particular enquanto perdurar a pandemia Covid-19 e os efeitos dela decorrentes mesmo após a chegada da vacina. Por isso, assume o firme compromisso de lutar pela revogação da Emenda Constitucional 95, que congela o financiamento da saúde por 20 anos.

Desafios:

- O SUS é o maior sistema de saúde público do mundo. Porém é subfinanciado e apresenta problemas de gestão. Os municípios são os principais responsáveis pela gestão e prestação de serviços do SUS.
- A pandemia COVID-19 demonstrou a necessidade de se dispor de sistemas de saúde fortes e bem estruturados. São Paulo tem serviços de excelência e tradição em Saúde Pública. Entretanto, a política genocida do Governo Bolsonaro, agravada pela incompetência da atual gestão, provocou inúmeras mortes evitáveis.



- Não há saúde sem ciência. A Prefeitura deve investir em programas de esclarecimento da população sobre os benefícios de medidas preventivas e da vacinação, combatendo a desinformação.
- O comportamento futuro da pandemia ainda é desconhecido. A Prefeitura deve promover amplo programa de testagem da população, de forma a poder antecipar medidas necessárias para o eventual crescimento dos casos
- Desde 2017, a gestão Doria/Covas reduziu progressivamente o percentual do orçamento municipal gasto em saúde, que caiu de 22,4% para 18,8%.
- Além disso, o município ampliou a privatização da gestão de serviços essenciais de saúde, incluindo a regulação do sistema de saúde (CROSS) – serviços tipicamente de Estado, que coordenam o acesso de pacientes a leitos de internação e consultas e procedimentos especializados.
- Quanto aos serviços do SUS, a excelência de hospitais e universidades – reconhecidamente os melhores do país – contrasta com a precariedade de serviços essenciais ofertados pelo município.
- A Atenção Primária, que deve ser a principal porta de entrada das pessoas no sistema de saúde e ter capacidade para resolver 80% dos problemas apresentados pela população, contava com 1.426 equipes em julho de 2020, o que confere cobertura de apenas 40,16% - uma das menores coberturas do país.

Para melhor a saúde na cidade de São Paulo propomos:

1) Fortalecer o SUS

- Ampliar os investimentos orçamentários para a saúde, buscando recompor os cortes feitos pela atual administração.
- Valorizaremos a gestão pública da saúde e a carreira de gestores do SUS. A capacidade de gestão do sistema precisa ser valorizada.
- Daremos TRANSPARÊNCIA A TODOS OS GASTOS COM SAÚDE e auditaremos TODOS OS CONTRATOS da Secretaria Municipal de Saúde, em especial com a OSs e daremos transparência absoluta aos gastos da saúde.
- Criaremos uma Fundação Municipal para gestão de serviços do SUS.



- Realização de concursos públicos para a recomposição dos quadros de profissionais da área da saúde, visando a retomada progressiva da operação do sistema pela administração.
- Cobraremos que operadoras de planos de saúde garantam atendimento aos seus beneficiários ou que façam o pagamento ao SUS quando houver atendimento de seus beneficiários.
- Reestruturação da Coordenadoria de Vigilância em Saúde – COVISA, desmontada na atual gestão.

2) Expandir a Atenção Primária em Saúde – Porta de entrada para o SUS

- A atenção primária será organizada a partir de listas, em que os municípios poderão se vincular às equipes de saúde de família de acordo com o local onde residem ou trabalham.
- Fortaleceremos as unidades básicas para que tenham capacidade de solucionar os problemas da população. Para isso, a unidade deve ampliar o horário de atendimento, deve dispor de equipe treinada e equipamentos necessários;
- Contrataremos novas equipes de Saúde da Família para alcançar 80% de cobertura de APS: 10% ao ano com prioridade para áreas mais vulneráveis.
- Ampliaremos horário de funcionamento das unidades básicas de saúde até às 22hs.
- Implementaremos o agendamento de consultas de modo não presencial e incorporar consultas remotas via telessaúde.

3) Aumentar a resolutividade dos serviços municipais

- Criaremos redes especializadas, ligando cada unidade de saúde a uma UPA, CAPS, equipe de especialistas e hospitais para aumentar a capacidade de atendimento e reduzir as filas nas especialidades.
- Aumentar o número de médicos especialistas que atendem na rede municipal.
- Reformaremos todas as UBS, UPAs e CAPS que estão precisando para que a população seja atendida num local com condições adequadas.
- Ampliação do atendimento 24 horas e fortalecimento das ações preventivas e de tratamento aos usuários de álcool e outras drogas



- Ampliaremos o número de equipes de Consultório na Rua para atender com dignidade à população que mais precisa da ação da Prefeitura.
- Definiremos o conjunto de serviços a ser prestados pela rede assistencial para garantir um atendimento resolutivo pelo SUS São Paulo.
- Definiremos protocolos assistenciais e todos os profissionais deverão passar por cursos de atualização a serem desenvolvidos em parceria com as universidades paulistas.
- Reduziremos o tempo de espera pelo atendimento do SAMU, para atingir o limite de 12 minutos, de acordo com os protocolos internacionais.

4) Promover Saúde

- Realizaremos parcerias intersetoriais, como com a Educação, para universalizar o atendimento à saúde de todas as crianças da rede municipal de ensino e com Secretaria de Transportes para reduzir mortes por acidentes automobilísticos.
- Estabeleceremos programas para grupos populacionais específicos, incluído proteção à mulher contra violência, população migrante e asseguraremos a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que tem como objetivo a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e a discriminação nas instituições do SUS.

5) Valorizar os servidores da saúde

- Criaremos o incentivo SUS de produção e qualidade. Esta valorização será construída com diálogo com as entidades representativa das categorias
- Implantaremos programas de Residências Médicas e Multiprofissionais na rede municipal com o objetivo de aproveitar a experiência dos nossos melhores profissionais, formar novos e mais preparados para conhecer a realidade e as necessidades da nossa população;

Resultados esperados

- Melhorar indicadores de saúde, como a redução na taxa de mortalidade infantil e materna e de mortes preveníveis;
- Controlar doenças transmissíveis, como a transmissão vertical do HIV;
- Aumentar o número de consultas médicas e de enfermagem;



- Reduzir o tempo de espera para consulta com especialistas;
- Aumentar da satisfação dos usuários.

Plano Emergencial em Defesa da Vida

Por fim, em consonância com o que temos defendido desde o início da pandemia, apresentamos propostas concretas de um plano emergencial de combate à Covid-19 e ações imediatas a serem tomadas em eventual segunda onda de contágio. São elas.

1. Garantir o acesso à vacina a toda a população da cidade.
2. Medidas que garantam a testagem em massa da população e maior transparência na divulgação dos dados;
3. Fazer a busca ativa de focos de contaminação a partir da atuação de agentes comunitários de saúde e equipes de saúde de família.
4. Cuidado especial com áreas com grande concentração social e com a população carcerária;
5. Estabelecer através da coordenação central acompanhamento e garantia de condições adequadas para a atividade imprescindível dos profissionais da saúde;

Em caso de segunda onda:

6. Medidas urgentes para ampliação de leitos de alta e média complexidade; redirecionar órgãos e setores da indústria para as ações emergenciais de produção, em especial de respiradores;
7. Recuperação de hospitais já existentes, a exemplo do Sorocabana. Em caso de urgência, construção de Hospitais de Campanha nas regiões próximos às comunidades e em sintonia com suas realidades;
8. Criação de UTIs móveis para atender regiões de mais difícil acesso;



Moradia Digna

Momentos de crise como o que vivemos, resultante do trágico encontro entre a pandemia de Covid-19 e o liberalismo autoritário do Bolsonarismo, tornam mais visível as enormes desigualdades da Cidade de São Paulo. A falta de moradia digna é uma das faces desse grave problema.

Na capital paulista cerca de 1,2 milhão (1,118 milhão) de famílias vivem em situação precária esse número abrange o déficit habitacional de 474 mil moradias, que consiste na quantidade de novas moradias que precisam ser construídas na cidade, e outras 830 mil famílias que vivem em "assentamentos precários, que precisam de algum tipo de melhoria, (favelas e cortiços).

Hoje há cada vez mais pessoas ocupando as regiões fragilizadas da cidade, nas periferias e nas áreas de mananciais, de proteção ambiental, pois cada vez mais a moradia é vista como mercadoria e não como direito, por falta de um Programa de moradia adequada para a cidade de São Paulo.

O emprego tem relação direta com a moradia, em consequência do alto índice de desemprego, as pessoas passam a morar em situações precárias, porque não tem acesso ao trabalho nem condições de pagar um aluguel.

No nosso governo a prioridade é total no sentido de tornar a cidade mais igualitária, promovendo o aumento da qualidade de vida das parcelas da população mais necessitadas. Esse é um princípio norteador da nossa política de habitação: priorizar as parcelas da população que têm as piores condições de moradia da cidade.

Se nos Governos Lula e Dilma o Governo Federal era um aliado importante para enfrentar o déficit habitacional, no Governo Bolsonaro a situação piorou drasticamente. Há um desmonte das políticas de habitação em todos os níveis

O Governo Federal extinguiu o Programa Minha Casa minha Vida, que atendia a chamada faixa 1, de até 2 salários mínimos e trabalhava com Entidades da sociedade civil. Além disso, acabou com o Conselho e a Conferência Nacional das Cidades. Criou o Programa "Casa Verde e Amarela" que exclui a base do Déficit Habitacional, pela renda, pelas restrições cadastrais, pelo valor (10% para 30% da renda) e pelo prazo de pagamento (10 para 30 anos)

No Governo do Estado, João Dória, da famigerada chapa BolsoDória, não há nenhum programa que atenda às demandas dos movimentos sociais e prioriza seus investimentos para Prefeituras do interior, onde a demanda é bem menor em relação à Capital e Grande São Paulo. Para piorar, resolveu extinguir a CDHU, através do pacote de privatizações do PL 529/2020, que vai fazer explodir o déficit de moradia.

Na mesma toada, na Capital, o Plano de Metas 2017-2020 foi revisado na transição de Dória para Covas, com redução de metas, que mesmo assim não foram cumpridas

- Produção Habitacional: de 25 mil para 21 mil
- Regularização Fundiária: de 210 mil para 160 mil
- Urbanização de Assentamentos Precários: de 27,5 mil para 10 mil (único cumprido)



O Prefeito de São Paulo deve cumprir seu papel de líder político da Cidade e buscar junto ao Governo Federal e ao Governo Estadual, financiamento adequado para que o déficit habitacional possa ser enfrentado com o vigor e urgência necessários. Além disso, cabe à Prefeitura buscar ativamente financiamentos internacionais, explorando caminhos ainda pouco trilhados, como os Bancos dos BRICs.

A Prefeitura usa e abusa de mecanismos que deveriam ser emergenciais e que acabam substituindo uma política habitacional consistente, como o aluguel social, que muitas vezes inflaciona os preços da moradia nas comunidades carentes, sem que haja um incremento na qualidade das habitações, incentivando um mercado informal e não enfrentando as questões estruturais.

São Paulo deve trabalhar junto ao mercado imobiliário para incentivar a busca de modelagens econômicas que permitam o desenvolvimento de uma importante indústria de construção civil voltada para o atendimento das necessidades da população mais pobre, utilizando-se de todo instrumento que esteja à disposição da Prefeitura para subsidiar os custos com moradia digna para amplas parcelas da população. A ação da Prefeitura se concentrará na população com faixa de renda até três salários mínimos. Subsídios diretos, Operações Urbanas, incentivos, todos os mecanismos previstos no Plano Diretor da Cidade devem ser utilizados com criatividade para o enfrentamento do problema habitacional paulistano.

A Prefeitura deve usar do seu poder de compra para regular o mercado de aluguel social, contratando diretamente a locação de imóveis, dentro de critérios definidos de qualidade, localização e custo.

A fiscalização da função social da propriedade deve ser retomada e o IPTU progressivo deve reforçar o financiamento da habitação social na cidade. Se em 2015, 636 imóveis foram notificados, em 2018 forma apenas 8 notificações. **Até hoje nenhum imóvel foi desapropriado por descumprimento da lei.**

A capacidade da Prefeitura atuar deve ser reforçada e Conselho Municipal de Habitação deve ser fortalecido. O Poder Público deve dialogar com a sociedade civil e com o mercado dentro de espaços sociais definidos, sempre pautando-se pelo interesse público.

Atenção especial deve ser dada à população de rua na cidade de São Paulo, que saltou de 15.905, em 2015, para 24.344 em 2019 - um aumento de 53% em 04 anos, segundo um censo realizado pela Prefeitura de São Paulo. O número é o maior desde que este levantamento é feito e a pandemia provavelmente agravou essa situação. Do total da população de rua, 11.693 estão acolhidos em centros de atendimento municipais e mais 12.651 vivem realmente nas ruas da capital.

Propostas

- Prioridade para a construção de moradias nas regiões em que as famílias correm mais riscos, como de desabamento, enchente e remoção, e onde houver ameaças às inúmeras nascentes que abastecem os cursos de água da cidade. A decisão será de um comitê técnico que estabelecerá a ordem de prioridade para a construção das novas moradias. A política habitacional não será utilizada como moeda de troca por apoio político ou para manter currais eleitorais.



- Retomada das obras de urbanização das favelas e comunidades, priorizando o saneamento básico, a drenagem, a contenção de encostas, a implantação de áreas verdes e a inserção de equipamentos públicos de saúde, educação, cultura, esporte e lazer.
- Promover ações de urbanização integrada de assentamentos precários, com foco nos territórios mais vulneráveis e nas áreas de risco.
- Mapear os imóveis vazios nas regiões da cidade, em especial na região central, e constituir um banco de imóveis e terras passíveis de desapropriação pelo poder público.
- Utilizar recursos do FUNDURB para aquisição de imóveis localizados em áreas centrais com oferta de transporte público, empregos e demais serviços públicos.
- Ampla regularização de moradias, respeitadas as limitações ambientais, reduzindo a insegurança jurídica de quem tem a posse da área.
- Instituir o Aprova Rápido Social, com intuito de facilitar e agilizar o processo de aprovação de projetos de moradias populares.
- Adequar a regulamentação de produção de moradias populares de modo a facilitar sua produção na cidade, em especial nas áreas de operação urbana consorciada e articuladas ao transporte público coletivo (espaço aéreo de estações e terminais, por exemplo).
- Fortalecer os processos participativos por meio da ativação/manutenção dos órgãos colegiados de participação, em especial o CMH, CAEHIS e CMPU e da instituição dos Conselhos Gestores das ZEIS.
- Reorganizar o Departamento de Controle da Função Social da Propriedade de modo a:
 - a. retomar as notificações dos imóveis não edificados e subutilizados;
 - b. realizar levantamento dos imóveis passíveis de notificação;
 - c. articular o controle dos imóveis ociosos à política de habitação;
 - d. monitorar o cumprimento da função social em todas as fases.
- Realizar um inventário dos ativos públicos municipais passíveis de utilização para finalidades da política de habitação.
- Instituir programa de assistência técnica para produção de moradias de acordo com a Lei Federal 11.888/08, articulando universidades, movimentos de moradia, entidades de representação dos arquitetos e entidades de cooperação técnica internacional.
- Instituir o Serviço de Moradia Social por meio da implementação de experiência piloto preferencialmente na área central de São Paulo.
- Criar o Observatório Paulistano Virtual da Habitação, de modo a proporcionar ampla transparência das informações relativas à habitação.
- Realizar mutirão jurídico para atender as milhares de famílias que precisam de apoio, sobretudo para o Usucapião coletivo.



- Contratação de aluguel de moradias pela Prefeitura por período definido, estabelecendo um teto de valor e as regiões prioritárias, e destinando essas moradias para as famílias mais carentes, que não tem acesso a financiamento, aos idosos e às populações vulneráveis.
- Estruturação da Prefeitura para efetivamente realizar a fiscalização sobre os imóveis ociosos que não cumprem a sua função social.
- Ampliar na Revisão do Plano Diretor as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS 1, 2 e 3) garantindo um maior número de áreas para programas habitacionais.
- Levar em conta na formulação da política habitacional as questões de gênero, idade e das populações expostas a riscos graves.
- Implantar programa emergencial para atender à população em situação de rua, visando a redução da quantidade de pessoas sem abrigo em 70% no primeiro ano de gestão.



Ciência para uma cidade melhor

Hoje, mais do que nunca, a Ciência é necessária para ajudar a enfrentar os problemas da nossa cidade. A pandemia, ainda em curso, mata mais os mais pobres e traz sequelas aos que desenvolvem a versão mais grave da doença. Depois que passar, vai deixar um rastro de destruição econômica comparado por muitos economistas a situações de guerra.

O próximo Prefeito tem uma enorme responsabilidade nas mãos e os cientistas podem, devem e vão ajudar muito.

Temos universidades e institutos de pesquisa trabalhando dia e noite para produzir soluções. Testes eficientes, medicamentos para o tratamento da doença, equipamentos de proteção, respiradores mais baratos e estatísticas sobre a dinâmica de espalhamento do vírus, tudo isso foi gerado em poucos meses por centros de pesquisa brasileiros, em especial os paulistas, muitos deles localizados na capital.

Essa verdadeira “força-tarefa”, que se organizou quase instantaneamente, está agora sendo impulsionada pelos recursos públicos, como os geridos pela FAPESP.

O planejamento deve articular diversas políticas públicas para atuar em um mesmo território e atacar problemas correlatos, assim como partir da colaboração entre municípios vizinhos com o objetivo de aumentar a eficiência da política pública e reduzir custos e garantindo a transparência dos dados. A ciência de dados, a estatística, a matemática e as novas tecnologias, assim como as ciências da vida e da natureza e as ciências humanas, devem servir como ferramentas para ajudar o poder público a propor soluções integradas que promovam o crescimento econômico, com geração de renda, mais acesso de quem mais precisa aos serviços públicos como Educação, Saúde, Saneamento e Segurança, com transporte de qualidade e um ambiente saudável.

A Prefeitura e a Ciência

Propomos que a Prefeitura reserve recursos para financiar grupos de pesquisa que tenham como foco a solução dos problemas da cidade. Tendo em mente que estes problemas são em sua maioria complexos e que sofrem os efeitos de múltiplas variáveis, é preciso apontar soluções interligadas, bem planejadas e que contenham metas que possam ser cobradas pela população.

Emprego e renda

Precisamos garantir a reindustrialização da Capital, é preciso dirigir os esforços do poder público para fixar na cidade empreendimentos industriais com uma base tecnológica avançada,



através do estímulo fiscal, auxílio na busca de financiamento e de infraestrutura com planejamento de uso de energia e gestão de resíduos.

Da mesma forma, a localização destes empreendimentos deve ser planejada para garantir emprego e renda em regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano e com mais vulnerabilidades, aliando-se estratégias para redução da necessidade de deslocamento através da cidade, diminuição de poluição atmosférica, formação técnica da população que vive no entorno e absorção da tecnologia desenvolvida nas unidades de pesquisa pelo setor público e privado.

Acesso ao conhecimento científico

É necessário garantir a infraestrutura adequada na escola, com laboratórios equipados e com os insumos necessários à realização de experimentos e a valorização e formação continuada dos profissionais da educação.

O acesso ao conhecimento produzido pelas instituições públicas de pesquisa é também direito da população que paga seus impostos para manter a infraestrutura científica. Atividades de extensão das unidades de pesquisa podem ser estimuladas pelo poder público municipal por meio de editais de apoio a projetos de divulgação científica e da criação do Museu de História Natural de São Paulo.

Acesso à energia, saneamento, transporte e internet

É inadmissível que, em 2020, existam regiões da maior cidade do Brasil e uma das maiores e mais populosas do mundo, sem saneamento básico ou com acesso intermitente, à energia elétrica, internet e transporte coletivo. Os quatro são serviços públicos, três deles explorados pelo setor privado e pagos pelo consumidor. São também serviços essenciais à vida urbana e, portanto, devem ter fiscalização rígida do poder público no cumprimento de metas estabelecidas e, se descumpridas, as empresas deve sofrer punição. Ainda que sejam serviços de regulamentação federal, a Prefeitura de São Paulo pode e deve participar tanto do processo decisório quanto da fiscalização.

E, para isso, é necessário mapear o subabastecimento destes serviços em toda a Capital paulista. No acesso à energia, é necessário apontar que consideramos que, assim como a eletricidade, o acesso a combustíveis menos poluentes para transporte e gás para cocção também pode ser observado pelas políticas públicas municipais. Assim como o estímulo à transição da frota de veículos para motores movidos a eletricidade.

Epidemias



É necessário fortalecer o Sistema Único de Saúde para responder mais rapidamente a situações de epidemias, trazendo de volta o planejamento epidemiológico no qual o Brasil tem excelência internacional.

Preparar a estrutura administrativa para responder de forma mais eficiente em situações de epidemias que, segundo médicos patologistas, infectologistas e epidemiologistas, tendem a acontecer com mais frequência daqui para frente, dado o avanço humano sobre áreas antes preservadas, a rapidez na mobilidade internacional de mercadorias e pessoas, o adensamento populacional nos centros urbanos e a resistência dos empregadores em resguardar as pessoas em casa em casos de sintomas leves de adoecimento.

Gestão de crises e extremos climáticos

Apesar de ter gestores públicos bem formados, instituições organizadas para a gestão de crises e um plano aprovado, a cidade de São Paulo ainda não consegue lidar adequadamente com situações como enchentes, secas prolongadas, reduções bruscas de temperatura ou baixa umidade do ar que potencializam doenças respiratórias, perdas econômicas e podem matar.

As diversas secretarias municipais responsáveis atacam os mesmos problemas com estratégias diferentes e sem se conversar. É preciso compreender que as ações necessárias para lidar com extremos climáticos são obrigatoriamente intersetoriais e devem envolver mais de uma instituição da gestão pública. Por isso, é necessário não apenas sistematizar regularmente as informações relacionadas a cada uma das situações de emergência, mas criar rotinas administrativas que permitam o compartilhamento destas informações e ações de forma constante.

É necessário planejar as políticas de ocupação do território da capital, como conjuntos de habitação popular, que levem em consideração áreas de risco, uso da água, manutenção de áreas verdes e a preservação dos mananciais.

Propostas

Ciência Cidadã - Políticas públicas cientificamente embasadas

a) Cinco parques tecnológicos no município – Apoio para a criação de cinco pólos de inovação na cidade para reindustrializar São Paulo com uma base tecnológica mais avançada. Um na Zona Sul (Agroflorestal), um na Zona Norte (Máquinas e Equipamentos), um na Zona Leste (Construção Civil), um na Zona Oeste (Transporte e Energia) e um no Centro (Insumos hospitalares e fármacos), unindo os projetos dos Parques Tecnológicos do Jaguaré (em obras) e da Zona Leste (em projeto) com as Universidades e Instituições Públicas de Pesquisa localizadas no município.



b) Fundir a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia com a de Desenvolvimento Econômico.

c) Aprovar abatimento de impostos para pessoas físicas e jurídicas que investirem no uso eficiente de água e energia.

d) Apoio à utilização de ferramentas modernas de gestão de documentos e de políticas públicas, como, por exemplo, o uso de drones no combate ao vetor da dengue, de aplicativos para auxiliar as equipes de assistência social de lida como pessoas em situação de rua, de mapas interativos para avaliar o andamento da resposta do poder público às reclamações dos cidadãos.

e) Promover rotinas administrativas de integração dos órgãos municipais de gestão de crises e extremos climáticos.

f) Se apoiar nas unidades de pesquisa presentes no município na elaboração de políticas públicas.

Financiamento da Ciência

a) Lançamento de Edital para financiamento de grupos de pesquisa que se busquem encontrar soluções para problemas da cidade e da gestão pública – pesquisa dirigida.

b) Viabilização de pagamento de bolsas para a realização de atividades acadêmicas de extensão de estudantes universitários nas escolas municipais.

c) Estimular o financiamento privado para novas tecnologias, produtos e serviços.

Divulgação científica e Letramento científicos

a) Criação do Museu de História Natural de São Paulo, em distrito que não conte com equipamento cultural.

b) Apoio a projetos de Divulgação Científica nas escolas municipais e áreas públicas da cidade, assim como nas escolas municipais.

c) Realização de Olimpíadas de conhecimento e Feiras de Ciências nas escolas municipais.

d) Incentivar o ensino de Ciência na escola básica e estimular a iniciação científica no Ensino Fundamental II e Médio.

e) Estabelecer entre os critérios de qualidade definidos para o investimento público em Educação Básica a existência de laboratórios equipados e com insumos de experimentos garantidos, assim como a formação continuada dos profissionais da educação.

Mais mulheres na Ciência



a) Apoio da Prefeitura para a construção de manutenção de creches dentro ou próximas às unidades de pesquisa localizadas no município.

b) Apoio a projetos que tenham por objetivo atrair as jovens para as diversas áreas da ciência.



São Paulo: Cidade das Artes e da Cultura

Acreditamos que o Estado tem o papel principal no financiamento e na garantia do direito à Cultura. Quando falamos em Cultura estamos nos referindo ao conjunto de saberes, fazeres e hábitos de nossa população. No caso da Cidade de São Paulo, diversa, miscigenada, múltipla em suas origens e em seus desejos e desigual em seu viver, o olhar do gestor deve ser amplo e generoso, não apenas permitindo, mas incentivando as mais distintas manifestações, garantindo sua existência e a convivência democrática.

Ao mesmo tempo São Paulo é a maior cidade do país, cosmopolita e centro dinâmico da economia brasileira. O gestor público deve agir para potencializar as possibilidades do desenvolvimento da economia da cultura e do entretenimento na cidade, gerando empregos, criando riquezas e atraindo divisas para o município.

As diversas manifestações culturais não podem ser criminalizadas. As novas expressões da cultura popular como o funk e o slam devem ser reconhecidas e apoiadas. A prefeitura deve atuar no sentido de atrair eventos que hoje são muitas vezes realizados de forma irregular para o sistema municipal de cultura.

As políticas de Editais e de Programas de fomento foram fundamentais para superar as práticas de balcão e compadrio reinantes em períodos anteriores. Demonstrem, entretanto, sinais de esgotamento. Precisam ser renovados e ampliados. São Paulo conta com um pujante movimento cultural, que deve ser incentivado e financiado pela Prefeitura. Mas a rica produção destas Companhias de Teatro e Dança, grupos musicais, produtoras audiovisuais, trupes circenses e outros precisa circular em toda a cidade por meio das ações da Prefeitura. É preciso também retomar uma vigorosa política de contratações, com curadorias sérias e gabaritadas.

A cidade de São Paulo aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, mas sua implantação foi negligenciada nos últimos anos. Não temos um Conselho Municipal de Políticas Culturais, o Plano Municipal de Cultura nem sequer é uma referência distante, os sistemas de informação são pífios, o financiamento é caótico. A Cultura em São Paulo demanda, com urgência, organização, planejamento, orçamento digno e seriedade. Instituições públicas como o Teatro Municipal, a Biblioteca Mario de Andrade, o Centro Cultural São Paulo, a SPCine e o DPH, entre outros, tem uma destacada responsabilidade no planejamento e no impulsionamento da atividade cultural na cidade.



Os motes de nossa gestão serão o desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda e o olhar prioritário para os que mais precisam. A Cultura é um elemento fundamental para isso. Não apenas pela importância da Economia da cultura em uma metrópole como a nossa. O olhar e a atenção para o povo pobre, para as periferias, para os negros, índios e migrantes só fará aflorar a imensa riqueza de sua cultura e impulsionará a construção de uma cidade próspera, justa e solidária. A prioridade é para os investimentos e ações da prefeitura nas áreas menos favorecidas da cidade no índice de equipamentos municipais de cultura/100 mil habitantes produzido pela Rede Nossa São Paulo, dinamizando a Economia da Cultura nas regiões de baixo IDH.

Propostas Emergenciais – Primeiros seis meses

- 1) Implantação imediata do **Circuito São Paulo das Artes e da Cultura**. A implantação mobilizará todos os equipamentos culturais da cidade, por meio de programação intensiva e contratação direta das seguintes atividades:
 - 400 grupos de teatro, dança e circo, para que cada um realize 5 apresentações de espetáculos de repertório, com entrada franca em equipamentos públicos.
 - 400 artistas ou grupos musicais, para que cada um realize 5 apresentações, com entrada franca em equipamentos públicos.
 - 500 artistas da área de Artes Visuais e Livro, Leitura e Literatura para que cada um realize 5 atividades (Oficinas, Palestras, Workshops e Minicursos), com entrada franca em equipamentos públicos.
 - Compra de 3.000 ingressos de cada uma das 350 salas de cinema da cidade, a um custo unitário de R\$ 10,00, que serão distribuídos na rede pública de ensino (professores, alunos e funcionários, em projetos sociais e organizações populares). Os filmes a serem exibidos deverão ser de produção nacional.
- 2) 800 Jovens Monitores, pelo período de 6 meses, nos valores praticados atualmente (R\$ 1.000,00 mês + vale refeição e vale transporte). Serão, em média 4 agentes por espaço culturais realizando atividades de produção e divulgação das contratações artísticas. Os jovens deverão ser contratados nas regiões de atuação.
- 3) Contratação emergencial para reforma, revitalização, ampliação e compra de equipamentos para os 9 Centros Culturais, 18 Casas de Cultura e 8 Teatros Municipais.

Propostas Detalhadas por Setor



Orçamento:

O orçamento para a Cultura na Cidade de São Paulo, atualmente, gira em torno dos 0,7% do Orçamento Municipal. É um investimento de apenas R\$ 32,00 por ano para cada habitante, meros R\$ 2,67 por mês. Se incluirmos o orçamento da Fundação Theatro Municipal e alguns fundos espalhados pelo orçamento chegaremos a 0,9%. O valor, irrisório, demonstra claramente a falta de prioridade para o setor. **Propomos que o investimento seja crescente e atinja o patamar mínimo de 1,5%.** Mas é preciso, além de ampliar os recursos, utilizá-los da forma mais eficiente e transparente possível. **Propomos, para tanto, a criação do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura**, integrando todas as iniciativas de fomento já existentes, o Fundo Municipal de Cultura, o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (PRO-MAC, lei de incentivo fiscal) e os programas e prêmios a serem criados.

a) Equipamentos Culturais:

- Propomos que até o final da gestão todos os distritos contem com espaços públicos capazes de receber atividades de Teatro, Dança, Música, Circo, Artes Visuais, Livro e Leitura, Capoeira e Cinema e abrigar atividades formativas na área de Arte e Cultura.

b) Circuito São Paulo das Artes e da Cultura:

- Propomos a criação do Circuito São Paulo das Artes e da Cultura, transformando São Paulo em um grande palco e fazendo das artes e da cultura um elemento essencial da cesta básica do paulistano. Todos os equipamentos culturais existentes, incluindo os CEUs, e os que serão criados farão parte do circuito. A criação do Circuito São Paulo das Artes e da Cultura demandará a formação de uma ampla rede de agentes culturais, responsáveis pela produção e divulgação das atividades.

c) Sistema Municipal de Cultura:

- Propomos concluir a implantação do Sistema Municipal de Cultura, integrando em definitivo nossa cidade ao Sistema Nacional de Cultura. Já temos um Plano Municipal de Cultura, mas ele demanda implementação e acompanhamento. Falta-nos a composição democrática de um Conselho Municipal de Cultura, a implementação de um Fundo Municipal de Cultura (e a criação de um Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, mais amplo), a retomada da Conferência Municipal de Cultura, a organização das diversas iniciativas de formação em um sistema unificado. A SP Cultura deve deixar de ser um instrumento passivo (disfarçado de plataforma colaborativa) e transformar-se em um verdadeiro Sistema de Informações e Indicadores Culturais.

d) Teatro:



- Propomos que o orçamento do Programa Municipal de Teatro e do Prêmio Zé Renato sejam reajustados anualmente em 10% além do previsto nas leis (IPCA), começando já em 2021.
- Propomos, também, que as peças produzidas nestes dois programas sejam contratadas para o Circuito São Paulo das Artes e da Cultura, garantindo sua circulação em toda a cidade.
- Propomos a criação de um Programa de Subsídio de Longo Prazo que garanta a manutenção dos selecionados por um período de cinco anos. A seleção deve ser aberta e realizada por especialistas. A meta é que sejam selecionadas 20 Companhias até o final da gestão.

e) Dança:

- Propomos a equiparação dos valores do Fomento à Dança com os do Fomento ao Teatro, adotando também os mesmos critérios de reajuste de valores. Propomos também que as produções que forem geradas pelos editais sejam contratadas para o Circuito São Paulo das Artes e da Cultura, garantindo sua circulação em toda a cidade.

f) Música

- Propomos a criação, já em 2021, do Prêmio São Paulo de Música, com dotação inicial de R\$ 15 milhões e reajustes anuais pelo IPCA. Sua ação se dará por meio de editais que contemplem o conjunto da cadeia produtiva (produção, distribuição, circulação) e iniciativas de formação pesquisa e preservação. Propomos também que a música tenha grande presença no o Circuito São Paulo das Artes e da Cultura, fazendo com que o conjunto das manifestações e linguagens estejam presentes em toda a cidade.

g) Cinema:

- Propomos que o Circuito SPCine esteja presente em todos os 96 distritos da cidade, com programação permanente das mais diversas cinematografias. Para isso deverão ser utilizados os equipamentos já existentes, como os CEUs e os novos equipamentos integrantes do Circuito São Paulo das Artes e da Cultura.
- Propomos também que seja realizado o mapeamento de todas as iniciativas de cine-clubismo da cidade, disponibilizando apoio técnico e financeiro para suas atividades.

h) Carnaval

- Propomos que toda a gestão do carnaval da cidade passe a ser exercida pela Secretaria Municipal de Cultura, com ênfase em nossas manifestações tradicionais.

i) Circo



- Propomos que a Secretaria Municipal de Cultura fique responsável por todo o processo de autorização para instalação de lonas circenses na cidade, criando processos desburocratizados e a custo zero. Mas o conceito de espetáculo circense extrapolou as lonas, podendo estar em teatros, casas de cultura, escolas, praças. Só que as verbas de fomento disponíveis continuam escassas. A última edição do Fomento ao Circo reservou apenas R\$ 2,5 milhões para até 41 projetos (cerca de R\$ 61 mil para cada). Propomos que o valor seja dobrado no primeiro ano de gestão, ampliando o número de projetos e o valor individual.
- Propomos, também, que sejam contratados espetáculos circenses para o Circuito São Paulo das Artes e da Cultura, garantindo sua circulação em toda a cidade.

j) Artes Visuais

- Propomos a conclusão acelerada das obras do Pavilhão das Culturas Brasileiras e sua devida estruturação para oferecer seus serviços à população. Além disso, todas as unidades do Museu da Cidade devem ser integradas ao Circuito São Paulo das Artes e da Cultura. Propomos ainda a criação de Museu Paulistano das Artes, preferencialmente na Zona Leste da cidade, para abrigar a Coleção de Arte da Cidade.
- Propomos, para isso, a criação do Prêmio São Paulo de Artes Visuais, com dotação inicial de R\$ 5 milhões e reajustes anuais pelo IPCA.
- Propomos criar a Galeria de Grafite do Minhocão, estimulando as laterais e fundos dos prédios que são visíveis do Minhocão recebam grandes painéis de grafite, em exposições periódicas e com trabalho curatorial cuidadoso como o de uma galeria de arte.

k) Bibliotecas, Livro e Leitura

- Propomos uma política permanente de aquisições, para que todas as bibliotecas tenham seus acervos ampliados, incluindo títulos audiovisuais e musicais e que tenham atividades permanentes (Contação de Histórias, Oficinas, Palestras com criadores).
- Além disso é preciso também incentivar a criação literária. Propomos a criação do Prêmio São Paulo da Letras, com dotação inicial de R\$ 5 milhões e reajustes anuais pelo IPCA. Sua ação se dará por meio de editais que contemplem obras nas diversas formas, tanto de ficção como de não ficção (conto, romance, poesia, crônica, ensaio). Também poderá apoiar primeiras edições, pesquisas, bolsas, preservação de acervos e intercâmbios.

l) CEUs

- Propomos que o CEU tenha uma programação permanente nas áreas de Teatro, Dança, Música, Circo, Artes Visuais, Livro e Leitura, Capoeira e Cinema e que



abrigue atividades formativas na área de Arte e Cultura. As atividades deverão ser contratadas tanto entre aquelas fomentadas pelos programas municipais quanto entre as boas produções do circuito comercial de São Paulo e as produções independentes.

m) Formação

- Propomos que seja criado o Programa Municipal de Formação em Arte e Cultura. O Programa Municipal de Formação em Arte e Cultura também coordenará a concessão de bolsas, a realização de residências artísticas e os programas de aperfeiçoamento dos servidores da Secretaria.
- Propomos também que, em coordenação com a Secretaria Municipal de Educação, o Programa Municipal de Formação em Arte e Cultura assuma a responsabilidade pela implantação imediata e efetiva das Leis Federais 11.769/08 (ensino de música nas escolas) e 10.639/03 (ensino de cultura e história afro-brasileira).

n) Theatro Municipal e Corpos Estáveis

- Propomos que a Fundação Theatro Municipal retome o controle direto da gestão de seus espaços e corpos artísticos. O Theatro Municipal é, desde 2011, uma Fundação de Direito Público, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. Com 109 anos de história é uma das mais importantes casas de ópera e cultura clássica do Brasil. Só que o modelo adotado de gestão através de Organizações Sociais não tem se mostrado efetivo e inúmeros são os escândalos e problemas associados à essa opção. A Fundação Theatro Municipal realiza trabalhos de excelência, que demandam recursos elevados e constantes, autonomia administrativa e financeira e boas condições de trabalho para seus artistas. Pretendemos garantir tais premissas, elevando ainda mais o nível do Theatro Municipal.

o) Patrimônio e Museus

- Propomos que o orçamento do DPH seja progressivamente ampliado. O Departamento de Patrimônio Histórico é um dos setores com maior acúmulo de conhecimento e competência da SMC. É composto atualmente pelos Núcleos de Valorização do Patrimônio, de Projeto, Restauro e Conservação, de Documentação e Pesquisa, de Monumentos e Obras Artísticas, de Identificação e Tombamento e pelo Centro de Arqueologia. A iniciativa privada também será chamada a contribuir com a preservação de bens imóveis tombados através da qualificação e modernização dos mecanismos municipais que possibilitam que capital privado seja direcionado a este setor, tais como emissão de Certidão de



Transferência de Potencial Construtivo em troca do restauro e manutenção do bem tombado por seu proprietário.

- Propomos a criação de um núcleo específico de Patrimônio Imaterial na estrutura do DPH. Por fim é preciso que todos os equipamentos do DPH sejam integrados ao Circuito São Paulo das Artes e da Cultura e tenham seus acervos integralmente digitalizados e disponibilizados para consulta.

p) Virada Cultural

- Propomos que a Virada Cultural seja descentralizada, com atividades diversificadas e de qualidade em todos os distritos e palcos de maior porte no centro de cada um dos principais bairros, com destaque especial para os artistas da cidade. A Virada Cultural é um evento que ocorre anualmente, desde 2005. O orçamento para 2020 é de aproximadamente R\$ 14,5 milhões gastos em 24 horas de atividade. Mais do que para o Fomento às Periferias (R\$ 12,2 milhões), o Prêmio Zé Renato (R\$ 8,9 milhões), o Fomento à Dança (R\$ 9,5 milhões). Acreditamos que, apesar de longa, a iniciativa está longe de ter atingido um formato ideal. Salvo algumas tentativas frustradas, o evento é extremamente centralizado. Eventos esparsos, realizados geralmente “por parceiros”, acontecem nos bairros. Grandes shows ocorrem no centro, reunindo milhões de pessoas. É uma virada cultural *em* São Paulo, mas não é a Virada Cultural *de* ou *para* São Paulo. Devemos repensar o formato, visando atingir um público maior com atrações de qualidade.

q) VAI1, VAI2, Pontos de Cultura e Periferias:

- A Secretaria Municipal de Cultura lança, periodicamente, os Editais do Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), nas modalidades 1 (projetos até R\$ 42 mil) e 2 (projetos até R\$ 84 mil). São editais destinados principalmente a jovens e artistas em início de carreira. Já o Programa de Fomento à Cultura da Periferia, criado pela Lei Municipal 16.496/16 contempla projetos de até R\$ 341 mil, utilizando critérios de vulnerabilidade social dos distritos onde são realizados. As duas iniciativas são importantes e devem ser mantidas e ampliadas. **Propomos a ampliação do orçamento de cada um dos programas para R\$ 15 milhões anuais.** A ideia de uma “cultura da periferia” embute uma clivagem perigosa: a de que existe uma cultura “da periferia” (e que lá deve permanecer) e outra “do centro”, mais nobre e com mais recursos. Isso precisa acabar! Os programas que citamos surgiram com o nobre objetivo de garantir recursos para aqueles que tinham dificuldade em obtê-los. Isso foi conseguido e será mantido, mas precisamos avançar.



- Propomos que os projetos resultantes dos Programas VAI e de Fomento à Periferia sejam contratados para o Circuito São Paulo das Artes e da Cultura, garantindo sua circulação em toda a cidade. A rede de pontos de cultura do município, conveniada com o extinto Ministério da Cultura em 2013 e repactuada em 2018 previa 84 pontos. Em 2019 uma nova iniciativa estabeleceu uma premiação para 18 pontos (9 já existentes e 9 novos). A Rede deve ser ampliada e fortalecida.

r) Lei de Incentivo

- Propomos a revisão do decreto 59.119/19, que regulamenta a o PROMAC e, se necessário, da própria lei, visando desburocratizar seu uso e aumentar o número de proponentes e incentivadores. O Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (PROMAC), instituído pela Lei 15.948/13 estabelece a possibilidade de os contribuintes de IPTU e ISS obterem entre 70% e 100% de abatimento dos valores de patrocínio destinados a projetos culturais, limitados a 20% dos impostos devidos. Acreditamos que o incentivo fiscal pode ser um importante instrumento complementar de financiamento à cultura. As normas vigentes, entretanto, geram um excesso de burocracia que dificulta a vida tanto dos proponentes quanto dos patrocinadores. Por ser operacionalizada como dotação orçamentária da SMC, cada operação de captação de recursos e de abatimento de impostos gera trâmites complexos envolvendo a Cultura e a Secretaria da Fazenda, com prazos exíguos.

s) Cultura Afro Brasileira

- Será criado programa orçamentário específico de fomento às entidades de cultura afro brasileira, tais como: escolas de samba, clubes sociais, casas de hip hop, funk, capoeira, blocos afro, comunidades tradicionais de matriz africana, artes cênicas negras, pastorinhas, reggae, rap, tambor de crioula, ciranda, samba de roda e congo.



O Esporte como prioridade

Em uma cidade democrática a promoção do bem-estar da população é ponto central na formulação de políticas públicas. E não é possível pensar em bem-estar sem uma população ativa e saudável. Da infância à terceira idade, a prática de atividade física de qualidade deve ser incentivada e apoiada pela Prefeitura.

Os benefícios do esporte e da atividade física são amplos e cientificamente comprovados. No documento “Esporte para o desenvolvimento e a paz”, a Organização das Nações Unidas mostra os impactos positivos dessa política pública em áreas como a saúde, a educação, o combate à violência e o trabalho. O esporte e lazer são, portanto, fatores de desenvolvimento humano, pois contribuem para a formação integral das pessoas e melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade.

A prática esportiva nas escolas torna o processo educacional mais atrativo para as crianças e jovens, ajudando a tornar a escola um lugar mais prazeroso e disciplinado. Além disso, escolas com equipamentos esportivos podem ser alternativas para a população que não conta com equipamentos esportivos públicos em seus bairros.

Em tempos de pandemia de Covid-19 fica mais claro o impacto que a falta de atividade física causa na saúde da população. Muitas das chamadas comorbidades que elevam o risco da Covid-19 poderiam ser evitadas ou controladas através da prática sistemática da atividade física e do esporte. Obesidade, hipertensão, diabetes, são inúmeros os problemas que podem ter o impacto na saúde das pessoas minorado a partir de uma política de oferta de oportunidades de atividade orientada para todas as faixas etárias da população.

Além do caráter educacional e de promoção da saúde, o esporte é importante atividade econômica, gerando milhares de empregos e ajudando a ativar cadeias econômicas importantes, como a do turismo e a de alimentação. São Paulo conta com boa estrutura esportiva, em especial para o futebol, mas ainda tem seu potencial limitado pela obsolescência do Ginásio do Ibirapuera e a ausência de modernos ginásios multiuso.

A cidade também não explora de forma inteligente o potencial de parceria com a iniciativa privada. A cidade mais rica do país não tem um mecanismo de incentivo que permita às empresas investirem no esporte municipal.

Também não há uma visão da vocação esportiva de São Paulo, nem um efetivo programa de bolsas para nossos atletas. Não podemos esquecer do enorme potencial esportivo dos clubes sociais instalados na cidade.

Os campos de futebol nos bairros devem ser valorizados, modernizados, a começar pelos CDCs, que devem ser mais apoiados pela Prefeitura. A Secretaria de Esportes deve atuar mais intensamente no apoio a campeonatos e times dos bairros, valorizando esse que é dos poucos espaços esportivos disponíveis na maioria das regiões.

Os espaços esportivos disponíveis devem ser utilizados intensivamente com atividades esportivas e de lazer para toda a população.



Um olhar especial deverá ser dado à prática do futebol feminino. Como demonstrado no DIESPORTE, publicado pelo Ministério do Esporte em 2015, há um viés de gênero na prática esportiva da população brasileira, introduzido principalmente pela hegemonia masculina na prática do futebol. A Prefeitura deve investir na promoção da participação das mulheres no futebol e no esporte, buscando eliminar esse viés tão negativo.

Propostas

- Realização da Conferência Municipal da Cidade para definir de forma democrática as bases para o funcionamento de um Sistema Municipal de Esporte.
- Implementação do Programa Bolsa Atleta Municipal, com prioridade para as categorias de base.
- Estruturação de Parceria Público Privada para a Construção de Arenas multiuso na cidade, sendo pelo menos uma em cada região, com capacidades de 5 mil a 20 mil lugares.
- Promoção do paradesporto nas escolas e nos equipamentos municipais em parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro, inclusive com formação específica dos professores.
- Contratação de profissionais de educação física e de estagiários de educação física para a promoção de atividade física orientada, permitindo um uso ótimo da estrutura de esporte e lazer da cidade.
- Introdução de escolinhas de esporte nas escolas nas regiões de menor IDH, em parceria com entidades de administração do esporte, clubes sociais, entidades sociais e sindicatos, oferecendo a prática estruturada de modalidades esportivas olímpicas e paralímpicas. A meta inicial é de 50.000 alunos atendidos, visando a universalização do acesso ao esporte nas regiões selecionadas.
- Incentivo à prática do futebol nas comunidades, com a reforma e modernização de campos, com a implantação de grama sintética, iluminação e vestiários masculino e feminino. A Prefeitura vai realizar a aquisição de materiais esportivos e realizar oficinas com profissionais capacitados para melhor orientar a prática.
- Incentivo ao ensino e prática da capoeira nas escolas municipais.
- Atenção especial será dada à prática do futebol feminino, com meta de inscrever mais 20.000 crianças em escolinhas contratadas diretamente pela Prefeitura. Além disso, os clubes da cidade que inscreverem equipes para a disputa do Campeonato Paulista de Futebol Feminino receberão subvenção de 300.000 reais por ano.
- Por uma política de ingressos populares para os eventos esportivos, em particular o futebol, que permita o acesso do torcedor de baixa renda aos estádios. Contra as ações que criam um verdadeiro apartheid social, excluindo parcelas da população do acesso aos jogos e até mesmo de suas cercanias.
- Criação do Programa Elas no Estádio, de incentivo à participação feminina nos estádios de futebol e ginásios esportivos e de prevenção ao assédio.



- Atuar junto com a futura Defensoria da Cidadania na prevenção ou de busca pela solução de todo ato discriminatório, a todo tipo de assédio e de violência em eventos esportivos.
- Recuperação e modernização de todos os Centros Esportivos municipais, contratação de profissionais de educação física e aquisição de materiais esportivos.
- Retomada do Programa de Ruas de Lazer, levando esporte e lazer às comunidades que não contam com equipamento esportivos públicos, adquirindo kits e realizando oficinas de atividades orientadas por profissionais qualificados.
- Implantação de equipamentos para a prática de basquete e skate nos diversos bairros, dialogando com a cultura esportiva de nossa juventude.
- Apoio à captação e realização de eventos esportivos na cidade, do automobilismo às corridas de rua, com a Prefeitura oferecendo infraestrutura de apoio e reduzindo os valores de taxas municipais para eventos de menor potencial econômico.
- Transformar o Centro Olímpico (COTP) em referência nacional para a formação e desenvolvimento de atletas de base, com a sua modernização, recuperação e ampliação dos alojamentos, parceria com as Universidades e com as Federações e Confederações.



Meio Ambiente

A construção de um novo modelo de desenvolvimento, ambientalmente sustentável, economicamente solidário e socialmente inclusivo é um dos maiores desafios de nossa geração. Romper com o modelo imposto pelo capitalismo ultraliberal, assentado sobre padrões de consumo extremado, é essencial para a construção de espaços urbanos mais sustentáveis.

O desafio é agravado pelo negacionismo instalado no Governo Bolsonaro. O Governo Federal comporta-se como incentivador de um modelo econômico predatório e destruidor. Resistir a partir do poder local é uma necessidade.

É no espaço urbano que essa lógica produz modelos de ocupação, produção, moradia e consumo que geram uma enorme desigualdade social e uma exploração predatória e irracional dos recursos naturais. Nossas cidades funcionam a partir de combustíveis fósseis, exigem grande infraestrutura para o abastecimento de água e de energia. Redes de abastecimento tecnologicamente defasadas e sem manutenção agravam o problema, gerando gigantescos desperdícios.

A coleta de resíduos sólidos utiliza a mesma tecnologia há décadas. A coleta seletiva e a reciclagem ainda representam pequenos percentuais da quantidade de resíduos gerados. A manutenção das áreas verdes é insuficiente e, novamente, nem sempre utiliza das melhores técnicas disponíveis.

Iniciativas globais, como a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, propondo 17 Objetivos para o desenvolvimento Sustentável serão internalizadas na lógica da administração municipal. As ações locais são importantíssimas, mas precisam ser articuladas com ações regionais, nacionais e mundiais para que possam contribuir com macro objetivos como a redução do aquecimento global. São Paulo terá seu compromisso com a Agenda 2030 estabelecido no Plano de Metas e alinhado com a revisão do Plano Diretor em 2021.

A economia solidária e a autogestão são movimentos que serão incentivados por seu caráter diametralmente oposto ao modo capitalista de produção. Ao processo de exploração intensa do trabalho, reforçado pela aprovação da reforma trabalhista e pela entrada das grandes empresas de aplicativo, vamos contrapor a solidariedade, a produção comunitária e a cooperação.

O investimento em habitação e urbanização de comunidades deve ser priorizado levando em conta também as urgências ambientais e, especialmente, as ameaças aos nossos mananciais.

Alinhados com nossas propostas na área científica, vamos trabalhar com as Universidades e centros de pesquisa para o desenvolvimento de novas tecnologias para a coleta e tratamento de resíduos, para a produção descentralizada de energia limpa, para o desenvolvimento de



materiais mais permeáveis para a utilização nas vias públicas e calçadas, privilegiando o uso de materiais reaproveitados, para a limpeza da cidade, para a despoluição dos cursos de água, entre tantas outras contribuições possíveis. A São Paulo sustentável do futuro será construída a partir da ciência e da inovação produzidas na cidade.

Propostas

Programa de Educação Ambiental – a sociedade civil paulistana será mobilizada em torno da construção de uma cidade mais sustentável. Trabalhadores, empresas, organizações da sociedade civil, todos serão chamados para esse grande movimento de conscientização das pessoas. Dentro do Programa Emergencial de Emprego e Renda serão reservados recursos para a contratação de jovens estudantes que atuarão dentro deste programa.

Programa de Incentivo à produção rural – a Prefeitura vai incentivar a produção de alimentos orgânicos como atividade econômica sustentável, com contratos de longo prazo que assegurem ao produtor a sua sobrevivência financeira. Os alimentos dessa produção serão destinados à merenda escolar, a restaurantes populares, a mercados municipais e a pequenos comerciantes locais. Licenciamento, transporte, comercialização, transição agroecológica, serão pontos contemplados pelo programa.

Considerar na revisão do Plano Diretor em 2021 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

Ampliação do apoio às cooperativas de catadores, estabelecendo novas metas para a coleta e reciclagem de materiais.

Implementar a coleta seletiva de resíduos em 100% da Cidade, garantindo acesso à destinação correta dos resíduos para toda a população.

Estimular a implementação da logística reversa nas indústrias situadas na Cidade por meio de incentivos fiscais.

Implementar alternativas sustentáveis para a gestão dos aterros sanitários, como a secagem prévia de resíduos e a geração de energia.

Alinhado ao Plano Emergencial de Emprego e Renda será criada linha de crédito a juros zero para pequenos comerciantes voltados ao comércio de produtos orgânicos, incentivando a criação de uma cadeia produtiva sustentável.

Criação de Programa Municipal de Ecoturismo, capacitando e investindo em empreendedores das comunidades vizinhas às áreas de conservação, buscando a inversão da lógica econômica vigente: preservar e explorar de forma sustentável como forma de



desenvolvimento local. O Programa também deve contemplar a contratação emergencial pessoal para atuar na manutenção e preservação dessas áreas.

Promover campanhas para conscientização da população sobre a gravidade dos problemas gerados pelo abandono de animais na rua. Apoiar as ações de recolhimento, abrigo, saúde animal e adoção.

Estabelecer no Plano Diretor o planejamento de arborização da cidade, com metas ousadas e considerar no Plano Emergencial de Emprego e Renda a arborização como uma das atividades prioritárias para as Frentes de Trabalho.

Privilegiar a implantação de Parques Lineares como mecanismo de prevenção às enchentes, integrados a um planejamento de sua utilização pela população em atividades esportivas, culturais e de lazer.

Criar linhas de financiamento à ciência aplicada à solução dos problemas da cidade.



- se D, idosos, bem como o direito de acesso a parcelas da população que sofrem discriminação, como a comunidade LGBTQI+ deve ser coadunado, fortalecendo a Secretaria Municipal de Transportes e a prefeitura precisa auditar e conhecer a
- Utilização de dados georreferenciados para a gestão do trânsito e da segurança;
- Criar um departamento específico para o planejamento da política pública voltada aos pedestres;
- Constituição de um efetivo Centro de Controle do Sistema;
- Exigir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais, aplicando as multas previstas em caso de descumprimento;

Rever os parâmetros estabelecidos pelos contratos de concessão em função de sua adequação ao interesse público;

- Implantação imediata do Passe Livre do Desempregado;
- Ampliação da validade do bilhete único
- Passe livre para a população aos finais de semana

Estruturação de fundo para o financiamento do passe livre com receitas oriundas de impostos e taxas pagos por empresas de aplicativos, estacionamentos, receitas financeiras advindas da arrecadação do sistema, entre outras; corredores de ônibus e nos corredores em que for viável.

s

- Modificando a Lei nº 15.442/2011 para que a prefeitura seja a principal responsável pela manutenção das calçadas
- Esforço conjunto com o plano emergencial de Emprego e Renda
- Garantia de acessibilidade universal

Melhoria da iluminação, da arborização e da permeabilidade das calçadas e Promoção ao uso de Bicicletas

- Planejar os novos corredores de ônibus com ciclofaixas integradas
- Integrar bicicletários com as principais estações terminais de transporte coletivo da cidade
- Promover a integração dos diversos meios de transporte através da implantação de novas ciclofaixas
- Promover a oferta de serviços de compartilhamento de bicicletas ao longo da malha cicloviária
- Implantando o Programa BIKE SP instituído pela Lei 16.547/2016

Novas ciclofaixas e ciclovias deverão ser construídas com diálogo prévio com os comerciantes e sociedade organizada do local.

- Priorizar as faixas de rolamento do transporte coletivo

Introduzir novas tecnologias para a redução da impermeabilização do solo e assegurar a segurança viária

-
- Limitação da velocidade nas vias.
- Estratégias de restrição ao uso do carro, valorizando o transporte ativo, dentro do conceito de “sistemas seguros”
- Campanhas de segurança mais adequadas, que não atribuam às vítimas a culpa pelos acidentes

Assegurar o combate ao assédio, à violência e ao preconceito no transporte público

- Capacitação de todos os trabalhadores do sistema de transporte público, táxis e aplicativos para lidarem com as pautas LGBTQIA+, de gênero e de promoção da igualdade racial



- Criação de canal de ouvidoria unificado

Ampliação da fiscalização da segurança no trânsito Política ativa de redução de emissão de poluentes

- Fortalecimento do COMFROTA visando o cumprimento das metas estabelecidas para a redução de emissão de poluentes
- Incentivo ao uso de combustíveis limpos na frota de transporte público
- Realizar o inventário Municipal de Emissões de Poluentes com base no Art 23, inciso VII, da Lei federal nº 12.587/2012

Valorizar e fortalecer o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito – CMTT



“Uma São Paulo Melhor para as Mulheres é Melhor para Todos”

São Paulo é terra de mulheres fortes, comprometidas com o Brasil e a soberania nacional. Mulheres que aqui nasceram ou por aqui chegaram para fazer dessa terra sua morada. São Paulo da primavera feminista e das mulheres que lutam contra o Governo Bolsonaro, contra o machismo, o patriarcado e o racismo estrutural que vitimiza as mulheres da nossa cidade, seja através do assédio sexual no transporte público, nas altas taxas de violência doméstica ou através dos altos índices de desemprego.

Cidade de profundas desigualdades sociais, mas também de luta, resistência e esperança em dias melhores. Só teremos uma cidade desenvolvida, solidária e democrática quando enfrentarmos com seriedade as diversas opressões sofridas pelas mulheres, a sub-representação feminina nos espaços de poder e as desigualdades que atingem essa que é a maior parcela da população.

Para tanto, precisamos tratar com prioridade as demandas fundamentais das mulheres, com políticas públicas que atendam suas necessidades e consigam de fato efetivar essas políticas integradas em todas as áreas.

Nossa candidatura acredita na força transformada das mulheres. Por isso construiremos uma gestão que apresente políticas fundamentais para mudar suas vidas, de seus filhos e suas famílias, melhorando com isso toda sociedade. Vamos de mãos dadas, homens e mulheres que sonham e trabalham por uma cidade mais justa e igualitária, construir uma caminhada por mais empregos, direitos, democracia e pela vida das mulheres.

Propostas

1. EMPREGO E RENDA

- Implementação de programas que criem empregos e gerem renda, incluindo programa de renda mínima, com prioridade para as mulheres chefes de família.
- Geração de empregos através de obras públicas, garantindo a contratação de mulheres.
- Criação do selo Empresa Amiga das Mulheres concedendo incentivos às empresas que adotarem políticas para a equidade de gênero. São exemplos: salário igual para trabalho igual; ampliação da licença maternidade e licença paternidade; oferta de creches; incentivo a contratação de mulheres em setores econômicos ditos “masculinos”; apoio à inclusão de mulheres no mercado de trabalho como critério de desempate nos casos de igual capacitação para a função; promoção de mulheres a cargos de chefia
- Incentivo ao primeiro emprego para mulheres jovens, conciliando trabalho, estudo e família.



- Apoio às cooperativas, com a contratação de serviços e políticas de acesso ao microcrédito
- Qualificação profissional técnica

2. MAIS PODER PARA AS MULHERES, MAIS MULHERES NO PODER

- Recriar a Secretaria de Políticas para Mulher com orçamento próprio, cumprindo os três seguintes papéis:

1. Integrar as demais secretarias para garantir o recorte de gênero;

2. Implantar programa próprio: recompor, fortalecer e ampliar a rede de atendimento e proteção às mulheres: Casa da Mulher Brasileira, Centros de Referência, Casas Abrigo (Serviços articulados com profissionais qualificados). Trazer as mulheres jovens!

3. Dar visibilidade política e social, dialogando com as mulheres. Para tanto, propomos que cada subprefeitura ative os Fóruns regionais de políticas para mulheres e uma representação da Secretaria das Mulheres, como canal de interlocução com o governo e demandas das mulheres

- Aplicar lei 15.946 de 2013, de autoria de Orlando Silva quando vereador, que determina composição de 50% de mulheres em todos os Conselhos da cidade, tais como os de Orçamento, Segurança, Educação, Saúde, Habitação, etc.
- Implementar medidas para ampliar a presença de mulheres em cargos executivos, em Secretarias, Diretorias e Coordenações de órgãos municipais.
- Promover através do poder executivo de seminários e outras iniciativas para incentivar a participação feminina na política, envolvendo os partidos e outras instituições da cidade.
- Combater as discriminações contra as mulheres nos processos de admissão e apoiar a promoção e ocupação de cargos de chefia no mercado de trabalho.
- Promover política de igualdade no mundo do trabalho a partir dos equipamentos públicos municipais e conveniados.

3. EDUCAÇÃO

- Garantir o debate sobre questões de gênero e racismo na rede de Educação Pública Municipal, com campanha contínua de combate ao machismo e valorização das mulheres, prioritariamente com aprovação de lei específica.
- Acesso universal à creche, com investimento em construção de creches públicas diretas, priorizadas na proposta de frentes de trabalho;
- Ampliação no horário de atendimento das Creches, passando para das 7h às 19h;
- Garantir creches com horários diferenciados, como período noturno para atender filhos de mulheres que trabalham durante a noite;



- Investir no EJA para que muitas mulheres que interromperam seus estudos possam retomá-los;
- Construir, em parceria com a esfera de governo correspondente, creches dentro de universidades públicas que atendam os filhos das funcionárias e alunas;
- Garantir a construção de creches públicas próximas de universidades privadas, considerando que, de acordo com o Censo de 2018, as mulheres representam 57% dos estudantes matriculados, e 46% dos professores universitários.
- Implantação do Ensino de período integral, principalmente no Ensino Infantil (EMEI) e Ensino Fundamental I (EMEF);

4. COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

- Manter e ampliar o Programa “Guardiã da lei Maria da Penha” e Aplicação da Lei Maria da Penha, em especial a implantação dos juizados especiais.
- Ampliar grupos de recuperação de homens agressores, onde possa ser tratado mais a fundo a origem desse problema, considerando que de acordo com as experiências que existem de grupos como este, o índice de recuperação sem reincidência é alto.
- Constituir núcleo especial de acompanhamento das mulheres com medida protetiva para garantir assim a prevenção do feminicídio, com a devida destinação de orçamento para o seu funcionamento e capacitação dos profissionais envolvidos.
- Construção e ampliação de unidades da Casa Abrigo Municipal para mulheres sob risco de morte, com garantia de vagas para seus filhos e preservação de sua segurança por meio de sigilo sobre o local.
- Implantação de centros de cidadania, como a Casa da Mulher Brasileira e similares, para ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à educação, à orientação e capacitação profissional, bem como garantir acesso a espaços de lazer e cultura.
- Implantação de Casas de Passagem 24 horas, onde mulheres vítimas de agressões possam ser encaminhadas junto com seus filhos, enquanto aguardam atendimento de uma medida protetiva de urgência.
- Ações de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBTQIA+.
- Medidas para coibir a exploração sexual de mulheres, jovens e crianças.
- Instalar em cada subprefeitura, delegacias da mulher com funcionamento 24 hs, inclusive nos feriados e finais de semana, para promover o enfrentamento e prevenção à violência contra a mulher.

5. MORADIA POPULAR

- Acesso das mulheres chefes de família aos programas de financiamento habitacional.



- Acesso à titularidade de lotes e casas, por meio de programas para mulheres de baixa renda.
- Fortalecimento do Conselho Municipal da Cidade conforme a Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Participação das mulheres na definição das políticas urbanas de Habitação, Saneamento, Meio Ambiente e outras que lidam com o planejamento da cidade
- Construir meios que priorizem as mulheres mães chefes de família nos programa de moradia popular;
- Garantir as mulheres vítimas de violência, na saída das casas abrigo, moradia popular para que possam reconstruir sua vida.

6. SAÚDE DA MULHER

- Ações para fortalecer o SUS público e de qualidade e para barrar tentativas de mudar seus princípios de universalidade e integralidade.
- Implantação integral do PNAISM (Programa Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher).
- Garantir direitos reprodutivos na Saúde e Parto Humanizado e combater a violência obstétrica. Incentivo à gestante para fazer o pré-natal, melhoria da qualidade desse serviço de acompanhamento médico-obstétrico, assistência ao parto e garantia de atendimento aos casos de aborto espontâneo ou dos casos de aborto previstos em lei.
- Fiscalizar com rigor o cumprimento das leis: Lei 11.108/2005 (direito à acompanhante durante nas consultas, trabalho de parto, parto e pós-parto), Lei 9.799/1999 (direito a seis consultas durante a gravidez), Lei 11.634/2007 (visitas ao local do parto, lei da “gestante não peregrina”).
- Estímulo ao parto normal e melhoria da atenção ao parto incluindo a enfermagem obstétrica e doulas no rol de cuidados, bem como integração de esforços com o âmbito estadual para garantir acesso à maternidade com leito obstétrico referenciado, transporte para a maternidade na hora do parto e atenção humanizada e qualificada.
- Ampliação das Casas de Parto em locais próximos aos hospitais, considerando as experiências da Casa Angela - Centro de Parto Humanizado e Casa do Parto de Sapopemba.
- Desenvolver programas de apoio à mulher portadora de deficiência
- Pré-natal com garantia de acesso de todas as gestantes ao Bilhete Único Mãe Paulistana
- Garantir acesso às mães jovens e adolescentes, de forma diferenciada
- Garantir a construção de mais Unidades Básicas de Saúde e ampliação do Programa saúde da família na cidade, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade.
- A população envelhece na cidade de São Paulo. As mulheres são a maioria. Implementar as Unidades de Referência da Saúde da pessoa Idosa – URSI que busca garantir a atenção adequada e digna para a população idosa brasileira, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde SUS e programa de metas de 2018-2021 - Plano Plurianual do Município de São Paulo.





Segurança Pública

A violência urbana é resultado direto da grande desigualdade social em que vivemos e para enfrentá-la, devem estar em primeiro lugar as ações de combate à pobreza, de geração de oportunidades, principalmente para os mais jovens. Está mais do que provado que o combate à criminalidade só é eficaz se o poder público ofertar acesso às políticas de trabalho, saúde, educação, esporte e lazer e, mais do que isso, executá-las com a qualidade esperada pela população. Combater a violência com oportunidades é, portanto, nossa principal proposta para esta área.

O enfrentamento dos múltiplos fenômenos da violência e da criminalidade, dentre eles as desigualdades sociais, o racismo estrutural, a violência contra as mulheres, o tráfico de drogas só são possíveis por meio do trabalho de inteligência, das ações dos órgãos de Segurança Pública, da implantação de políticas sociais que possibilitem a geração de emprego e renda, a garantia de educação de qualidade, que proporcione oportunidades para todos, principalmente para os jovens das periferias das cidades brasileiras.

A Política de Segurança Pública deve ser elaborada nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado, das Leis Infraconstitucional 13.675/2018 e 13.022/2014, da Lei Orgânica do Município, do Plano Diretor e dos Planos das Políticas Sociais, entre outras normas.

Ao município, no sistema de Segurança Pública cabe a prevenção primária da violência e da criminalidade, a partir da atuação da Guarda Municipal, da Defesa Civil, dos órgãos de poder de polícia administrativa, fiscalização de trânsito, comércio, das ações das políticas sociais, do trabalho de zeladoria, da garantia de iluminação pública de qualidade, do uso de tecnologia, participação da sociedade.

Por força da nossa Constituição (Art. 144), as políticas de segurança pública são atribuição dos governos federal e estaduais, entretanto, esta também previu a instituição das Guardas Municipais com o objetivo de salvaguardar bens, serviços e instalações dos municípios. Ocorre que, com o aumento da insegurança e índices de violência, as Guardas Municipais de todo o Brasil acabaram por compor o sistema de segurança pública, tornando-se peças centrais para, em conjunto com outras forças policiais, combaterem a criminalidade. Em São Paulo não é diferente,



PROPOSTAS

- 1) Criação de um Comitê Integrado de Segurança Urbana com representante de todos os bairros da Cidade, coordenado pela Secretaria de Segurança Urbana, para articular os projetos e ações e pensar as estratégias capazes de fomentar a participação comunitária e a governança corporativa nos territórios.
- 2) Valorizar a GCM enquanto representante do Poder Público Municipal no acolhimento da população, principalmente nas áreas com maiores índices de violência.
- 3) Implementar a Central de Videomonitoramento Integrado em cada uma das subprefeituras para gestão e apoio das ações da Guarda Civil Metropolitana, da Companhia de Engenharia de Tráfego, do SAMU, da Defesa Civil, entre outros.
- 4) Integrar o sistema com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.
- 5) Reforçar presença da GCM nos entornos de escolas e áreas ocupadas pelo tráfico de entorpecentes.
- 6) Trabalhar em regime de cooperação com as forças de segurança pública estadual e federal.
- 7) Recuperar áreas públicas degradadas, a fim de evitar a proliferação de ações de violência e promover sua utilização pela população.
- 8) Intervir nas regiões mais vulneráveis com investimentos em infraestruturas esportivas, de cultura e lazer para recuperar áreas degradadas e expandir os espaços públicos para o povo.
- 9) Articulação das políticas públicas aplicáveis à função protetiva da família e dos vínculos comunitário, principalmente em áreas de vulnerabilidade social.
- 10) Criação de um programa específico de combate e repressão a violência doméstica, vinculado ao Comitê Integrado de Segurança Urbana.
- 11) Promover concurso público para ampliar o efetivo da Guarda Civil
- 12) Promover a capacitação da GCM para lidar com a população negra e LGBTQI+, constituindo uma força de defesa dos direitos de cidadania.
- 13) Criação de equipes específicas para atuar em casos de violência contra a mulher, como a Ronda Maria da Penha, especializada no combate à violência contra a mulher, enfrentar a violência contra a população LGBTQI+ e o combate ao racismo.



Serviços Urbanos – Zeladoria da Cidade

A Prefeitura de São Paulo é a responsável por inúmeros serviços de atendimento aos cidadãos. O rol de responsabilidades que chamamos de “serviços urbanos” ou “serviços de zeladoria”, em sua maioria, são atividades cotidianas de manutenção das áreas públicas e de circulação, como, por exemplo: coleta de resíduos, varrição, manutenção de calçadas, limpeza de bueiros e córregos, manutenção dos sistemas viários, conservação de áreas verdes, etc. Atualmente, a maior parte desses serviços é gerida pelas subprefeituras, com a supervisão de um órgão central (Secretaria).

O funcionamento adequado desses serviços é essencial para o funcionamento cotidiano da cidade. Boa iluminação auxilia a segurança e previne acidentes. Coleta e descarte adequados de resíduos contribuem com a saúde da população. Pavimentação de boa qualidade reduz o desgaste dos veículos e o consumo de combustíveis. Bom funcionamento do sistema de drenagem previne alagamentos. Poda e remoção adequada das árvores evitam acidentes e quedas de energia.

São Paulo não para se os serviços urbanos forem bem mantidos, 24 horas por dia, 7 dias por semana. O fortalecimento da capacidade de gestão da Prefeitura será um objetivo permanente, com investimento em novas tecnologias para que a zeladoria seja feita com mais inteligência, mais efetividade e menores custos.

São nossas propostas para esta área:

- Escolha de subprefeitos a partir de lista tríplice eleita pela população. Valorizar quem conhece e tem legitimidade é fundamental;
- Constituição de Centro de Operações Urbanas da Cidade de São Paulo;
- Revisão dos contratos de concessão dos serviços de coleta de resíduos, tendo em vista a baixa qualidade dos mesmos, a necessidade de modernização e os altos custos envolvidos;
- Reforço de quadros e investimento na estrutura da Defesa Civil.
- Ação preventiva e permanente contra as enchentes. Limpeza e desassoreamento de córregos e rios, limpeza e desentupimento de bueiros e galerias, particularmente nos locais com histórico de alagamento;
- Monitoramento da varrição das ruas da cidade com a utilização de ferramentas tecnológicas e a ação de comitês locais de apoio à fiscalização de contratos;
- Identificação e ação preventiva para eliminação de “pontos viciados” de descarte de entulho e lixo;
- Ampliação da limpeza de piscinões, bueiros, galerias e córregos para evitar o acúmulo de lixo, que causa enchentes e a proliferação de doenças;
- Criação de frentes de trabalho, constituídas a partir das subprefeituras, com moradores da região, para auxiliar as equipes já existentes e ampliar a capacidade da prefeitura nos serviços de zeladoria;
- Realização de obras de escoamento e drenagem em áreas com risco de alagamentos;
- Realização de mutirões, com subsídio e apoio técnico da Prefeitura, para a construção e a recuperação de calçadas, priorizando a sua permeabilidade e arborização;
- Recuperação do sistema viário, respeitando quesitos de qualidade técnica;



- Manutenção e ampliação dos parques e áreas verdes, com ações de limpeza e iluminação adequadas;
- Implementação de um plano permanente de monitoramento de árvores, realizado com apoio das subprefeituras, a fim de evitar quedas e danos ao patrimônio público e riscos aos munícipes. Qualificar os serviços de poda e remoção;
- A poda adequada e periódica de árvores é fundamental para a própria iluminação pública, portanto, a prefeitura será mais célere em casos que a poda seja objeto da falta de iluminação da via pública;
- Reforço da iluminação pública, particularmente em locais de habitual incidência de delitos.

